

## **Notas preliminares sobre *A nova razão do mundo* e o contexto neoliberal que sedimentou a BNCC e o Novo Ensino Médio no Brasil**

Samon Noyama<sup>1</sup>

### **Resumo**

A proposta deste texto é articular de forma breve algumas ideias fundamentais que Dardot e Laval apresentam em *A nova razão do mundo* buscando caracterizar adequadamente o neoliberalismo como uma forma de vida e os processos que alimentaram a criação da BNCC e o Novo Ensino Médio no Brasil. Este texto está articulado e, de certa forma, apresenta alguns elementos que encaminham para um segundo texto, no qual pretendo articular essas reformas no país com outra obra, de Laval, intitulada *A escola não é uma empresa*.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; Novo Ensino Médio; Dardot e Laval; marxismo.

## **Preliminary notes on *The new reason for the world* and the neoliberal context that established the BNCC and the New High School in Brazil**

### **Abstract**

The proposal of this text is to briefly articulate some fundamental ideas that Dardot and Laval present in *The new way of the world* seeking to adequately characterize neoliberalism as a way of life and the processes that fueled the creation of BNCC and new high school in Brazil. This text is articulated and, in a way, presents some elements that lead to a second text, in which I intend to articulate these reforms in the country with another work, by Laval, entitled *L'école n'est pas une entreprise*.

**Keywords:** neoliberalism; New High School; Dardot e Laval; marxismo

### **Introdução**

O objetivo desse texto, dividido em duas partes, é articular algumas ideias presentes em *A nova razão do mundo*, de Pierre Dardot e Christian Laval, e em *A escola não é uma empresa*, este escrito somente por Laval, publicados no Brasil em 2016 e 2019, respectivamente, com alguns elementos que nos chamam a atenção e tem, não sem motivos, deixado àqueles que defendem a educação pública no Brasil estarecidos. O primeiro texto é uma abordagem sucinta a partir da leitura de *A nova razão do mundo*, e o segundo a partir da leitura de *A escola não é uma empresa*. Não pretendemos aqui

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela UFRJ, professor adjunto do CCNH da UFABC e do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). Contato: s.noyama@ufabc.edu.br

esgotar as questões trazidas à baila por essas duas grandes obras, primeiro, porque desconfiamos de pretensões desta natureza, e segundo, porque nossa intenção é iniciar um debate a partir de alguns elementos destas obras, quem sabe, com a felicidade de poder sugerir alguns caminhos para quem desejar pensar esse assunto e, porventura, ainda não tenha gozado da oportunidade de ler essas obras. Talvez seja pertinente, ainda, fazer três observações iniciais, que, juntas, nos ajudam a delimitar os alcances desse texto sua suposta contribuição para as reflexões sobre o tema e, ao mesmo tempo, separam, ainda que minimamente, alguns elementos que vem contribuindo para tornar o debate sobre a condição da educação pública no Brasil um tanto quanto complexo.

Em primeiro lugar, é necessário admitir que os dois textos a que nos referimos acima são disparadores das questões que nos interessam debater, mas não se debruçam especificamente sobre o tema. Eles partem de uma visão da situação na França, num contexto semelhante em muitos países europeus e tangenciam elementos que tem origem nas reformas ocorridas também os EUA. Além disso, especialmente em *A nova razão do mundo*, o objeto de análise extrapola a questão da educação como um todo, pois trata, como o próprio subtítulo já anuncia, de uma análise da sociedade neoliberal enquanto problema.

Em segundo lugar, não podemos ignorar que a pandemia do vírus SARS-COV-2, anunciada pela OMS na passagem de 2019 para 2020, desencadeou um entrelaçamento de problemas históricos no Brasil, advindos do nosso contexto histórico-político, das mazelas que constituem nossos sistema público e nossa frágil democracia, de certa forma que experimentamos e vamos conviver com uma quantidade inimaginável de problemas estruturais que vão aumentar ainda mais as desigualdades de acesso e oportunidade a serviços elementares, dos quais podemos destacar a saúde e a educação. Vamos tentar, na medida do possível, observar esses encontros devastadores e pontuar suas diferentes contribuições para o problema em questão.

Em terceiro e último, lembrar a todos nós que estamos em pleno processo de reformulação do Ensino Médio no Brasil. Com a mudança, atendendo às exigências da BNCC, podemos resumir, ainda que grosseiramente, que o Novo Ensino Médio passa a ter um período de formação geral básica, atendendo às habilidades e competências indicadas na BNCC, e os chamados itinerários formativos, destinados aos conteúdos flexíveis integram conhecimentos específicos e respondem pela grande “novidade” do Novo Ensino Médio.

Portanto, estamos diante de um quadro complexo, registrado por um discurso de grande reformulação do Ensino Médio mas que, na prática, indica muito mais o ingresso num cenário de desorganização generalizada, discrepância enorme de condições para efetivar as mudanças anunciadas com a reforma, e uma ausência profunda de discussão sobre a reforma com os principais atores envolvidas (os) desde o início do processo (alunas (os), professoras (es), gestoras (es)), colocando em risco inclusive o cronograma e a consolidação inicial da reforma. Se sua própria implementação em território nacional pode ser questionada, o que pensar do conteúdo, da forma, dos resultados esperados da reforma em curso?

A leitura dos livros *A nova razão do mundo*, de Dardot e Laval, e *A escola não é uma empresa*, de Laval, trazem elementos que nos permitem compreender parte dos fundamentos e das deliberações geopolíticas e econômicas que, em alguma medida, se fazem presentes no contexto brasileiro atual e no futuro próximo das nossas instituições de ensino em geral.

Em *A nova razão do mundo*, no que diz respeito ao seu principal interlocutor teórico, não resta a menor dúvida que, mesmo explorando uma via aberta por Michel Foucault em *O nascimento da biopolítica*, de 1979, os autores pretendem questionar o quadro teórico e a base histórica da crítica social e política do pensamento de Marx e apresentar alternativas de interpretação. Por isso, podemos dizer de forma simplificada que se trata de um diagnóstico da sociedade neoliberal e seus desdobramentos.

### **O neoliberalismo como forma de existência**

Se desde a formulação geral feita por Adorno e Horkheimer na construção do conceito de indústria cultural nos acostumamos a analisar a interferência dos interesses, métodos e agenciamentos oriundos da economia e de seus principais atores na produção cultural, e nisso lá se vão mais de cinquenta anos, podemos imaginar que já não é mais novidade alguma observar as mudanças nos sistemas educacionais à luz dos mesmos interesses e objetivos. Por isso, não se discute tanto que as mudanças nos sistemas educacionais nos países europeus, asiáticos e nos EUA das últimas cinco décadas sejam orientadas e impulsionadas por interesses do mercado. Mas é muito importante observar como se constituiu hoje o “mercado”, para entender melhor os fundamentos de seus interesses e onde eles desejam chegar com suas interferências na formação geral de nossos jovens. E, nesse sentido, parece pertinente nos aproximarmos, por exemplo, de alguns aspectos descritos já na introdução de *A nova razão do mundo*, de Dardot e Laval.

Temos a impressão de que os autores demonstram uma preocupação didática ao admitir, desde o começo, que partem da hipótese de que houve um erro de diagnóstico com a expectativa de fim do neoliberalismo a partir da crise de 2008: pensou-se numa crise no setor financeiro que traria de volta a intervenção dos Estados na economia e de enfraquecimento de políticas neoliberais. Porém, ao contrário, a crise conduziu ao fortalecimento de políticas neoliberais, de e planos de austeridade fiscal cujos desdobramentos apontam para o aumento das desigualdades sociais em todas as suas escalas. A partir disto, ficou a lição de que era e continua sendo imprescindível compreender adequadamente no que consiste o neoliberalismo, considerando, especialmente, que precisamos enfrentar o fato de que ele pode não ser explicado apenas enquanto um sistema econômico, e sim, para algo muito além disto.

Dardot e Laval, com suas próprias palavras, nos dizem que “o neoliberalismo está muito distante de se resumir a um ato de fé fanático na naturalidade do mercado. O grande erro cometido por aqueles que anunciam a “morte do liberalismo” é confundir a representação ideológica que acompanha a implantação das políticas neoliberais com a normatividade prática que caracteriza propriamente o neoliberalismo”. (2016, p.15) Mas como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, elas estão cada vez mais ativas, afundando Estados e levando as sociedades a retrocessos cada vez mais graves?

Uma das principais teses defendidas no livro, senão a mais importante, é a de que o neoliberalismo é uma forma de existência. Afinal, além de destruir regras, instituições e direitos, o neoliberalismo produz relações sociais, modos de vida e subjetividades: “o que este em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência” (2016, p.16). E não se trata de qualquer forma de existência, porque as condições sob as quais vivem a maioria esmagadora das populações, especialmente dos países periféricos, já são conhecidas e reportadas desde as mudanças impostas por Thatcher no Reino Unido, entre 1979 e 1990. As iniciativas propostas em seu mandato como primeira-ministra, especialmente a flexibilização no mercado de trabalho e a privatização de empresas estatais, foram depois inspiradoras para governos na América Latina, fortemente neoliberais, como no Chile e no Brasil, por exemplo. Poderíamos destacar, nesse caso, a obsessão pela privatização no sistema educacional, que teve ainda mais “sucesso” no Chile do que no Brasil, mas já apontada para uma das questões centrais de nossa última década brasileira.

Sobre a forma de vida imposta pelo neoliberalismo, podemos observar a seguinte passagem do texto, quando ele afirmam que esse conjuntos de normais “impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar na luta econômica uns contra outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.” (2016, p.16).

Pensar nas consequências subjetivas desta racionalidade do capitalismo tardio pode nos levar a interesses como os do filósofo germano-coreano Byung-Chul Han, que tem dedicado quase uma dúzia de pequenos textos a refletir sobre os impactos na qualidade de vida e de trabalho do sujeito contemporâneo, das novas patologias psíquicas e sua relação com as políticas neoliberais, desde *A sociedade do cansaço*, de 2010. Àqueles que se interessarem por acompanhar a maneira como Han apresenta essa caracterização do sujeito contemporâneo, podem dividir a leitura de Dardot e Laval com *A sociedade da transparência*, (2017) *Psicopolítica*, (2018) e *No exame* (2018), todos em edição brasileira. Nesse sentido, um último texto que pode ampliar nossa compreensão de como as tecnologias produzidas para esta forma de vida neoliberal, é o *24/7 O capitalismo tardio e os fins do sono*, do ensaísta e crítico de arte estadunidense Jonathan Crary.

Esse modo neoliberal de viver tem suas implicações políticas, econômicas, sociais e subjetivas. Políticas quando pensamos na conquista do poder e seu uso pelas forças neoliberais; econômicas quando pensamos no crescimento do capitalismo globalizado (apesar das imensas crises recentes); sociais e das relações sociais estabelecidas quando pensamos na individualização das relações, a polarização entre ricos e pobres e suas várias instâncias possíveis; subjetivas, quando pensamos nesse “novo” sujeito, suas formas de vida e desenvolvimento. Temos, portanto, que o neoliberalismo é fundamentalmente e antes de tudo uma racionalidade e, enquanto tal, estrutura, organiza e administra as ações dos governantes e a conduta dos governados. “A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (2016, p.17)

Seguimos o argumento de Dardot e Laval quanto à importância de não negligenciarmos a diferença entre capitalismo e neoliberalismo. Não estamos falando de uma mera substituição, porque o neoliberalismo é a racionalidade do capitalismo contemporâneo. Ou, nas palavras deles, ele é um “conjunto de discursos, práticas e

dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” (2016, p.17)

Tal proposta, de compreender o neoliberalismo como uma racionalidade, advém declaradamente da leitura de Michel Foucault, que propôs, em *O nascimento da biopolítica*, a noção de governamentalidade ou racionalidade política, isto é, os tipos de racionalidade empregados para que o Estado possa governar a vida dos homens. É, de certa forma, um Governo para além da instituição, pois consiste em um conjunto de atividades que regem a conduta de vida dos homens a partir dos instrumentos do Estado. Dardot e Laval assumem essa concepção foucaultiana de governamentalidade no texto: “chamo de governamentalidade o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (2016, p.18). Na lógica neoliberal nunca houve retirada ou menos presença do Estado; e sim, usufruto dos dispositivos do Estado em favor do mercado (capital) e, por isso, podemos dizer que a ideia de governamentalidade destaca o caráter transversal dos modos de poder exercidos.

Em que medida poderíamos, afinal, transferir essa compreensão da governamentalidade para o contexto das reformas no sistema de ensino no Brasil? No nosso caso, ao ler sobre a noção de governo dos outros e de si mesmo, percebemos que “o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar contra a liberdade ou a despeito da liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (2016, p.19) Ora, ao uso do termo “liberdade” tem sido fundamental nas campanhas de divulgação pelo Governo Federal desde o Ponte para o Futuro, quando Temer assumiu a presidência depois do golpe em 2016, até a implementação do Novo Ensino Médio já no governo Bolsonaro. Não apenas no caso da Educação, mas como discurso político como um todo, o apelo à liberdade tem sido marca inequívoca da tentativa pretensamente eloquente de plantar um sistema de educação que atenda às demandas individuais de cada jovem brasileiro. Contudo, ao observar na prática, especialmente nesses dois anos de pandemia do coronavírus, quem ainda consegue sustentar a farsa de uma defesa incondicional de garantia de direitos constitucionais aos brasileiros?

O Brasil ainda é um país determinado pelo seu histórico escravocrata, pelo cultivo de valores elitistas e racistas que se expressam em parte das nossas classes mais privilegiadas, e, especialmente nos últimos anos, assisti com frequência inaceitável episódios de racismo, homofobia, transfobia e toda a sorte de crimes e ataques à minorias,

sobretudo aqueles que historicamente vivem de forma mais vulnerável em nossas cidades. Isto revela um quadro de um país acostumado com uma vasta coleção de cultura da violência, tão anestesiados que estamos de conviver com uma sociedade marcada por privilégios inexplicáveis e violências inaceitáveis. Portanto, quando nos questionamos, por exemplo, se vamos continuar aceitando esse modo de viver marcado pela violência e pelo abuso de poder, saltam aos olhos os exemplos que nos lembram que sempre fomos um país “acostumado” à violência, motivada principalmente pelo racismo estrutural.

Dardot e Laval reconhecem que as políticas neoliberais foram impostas de forma violenta e criminosa, com o aval e apoio dos países capitalistas, o que os faz, inclusive, validar a percepção de Marx quanto ao uso da violência na história: “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (2016, p.20) Em todos os países, as políticas neoliberais vêm implantando um novo regime de poder e uma nova forma de existência através da violência, consagrando esse processo como uma guerra. Vale conferir, aqui, uma breve conversa entre Silvio Almeida e Christian Dunker, sobre a exploração do sofrimento psíquico pelo neoliberalismo.<sup>2</sup>

Ao discutir o esfarelamento das democracias, Dardot e Laval apontam duas referências imprescindíveis para a compreensão desse fenômeno, e a força com a qual ele se instalou nos países periféricos, como o Brasil: a teoria do choque, de Naomi Klein, que ajuda a compreender parte do processo, e conceito de “desdemocratização”, de Wendy Brown, que acrescenta à teoria do choque a ideia de que o processo de “desdemocratização” “consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente” (2016, p.20).

Para olhar nosso país e as reformas no setor da Educação que vem nos atravessando, precisamos lembrar da operação Lava Jato e seus desdobramentos que extrapolaram da esfera jurídica para a político-partidária; o golpe que destituiu Dilma Rousseff, substituída por Michel Temer, seu vice, em cujo governo foi aprovada a PEC do Teto dos gastos públicos, que deu início ao desmonte da Educação reduzindo seu investimento por duas décadas. No campo específico das políticas públicas e incentivo aos cursos de formação de professores, vimos a desconfiguração completa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e os pormenores do esvaziamento das políticas públicas de democratização da educação, da universidade e,

---

<sup>2</sup> Link para a entrevista, acessada em 01 de fevereiro de 2022: <https://youtu.be/RwQDinJI1MM>

por fim, a BNCC e os cortes orçamentários de investimentos em pesquisa, ciência e inovação. Iniciados no governo Temer, o sucateamento completo da Educação e da Ciência no Brasil ganhou contorno quase irreversível com o governo Bolsonaro, esvaziando as principais agências de fomento à pesquisa no país, a Capes e o Cnpq, reduzindo seus recursos sistematicamente, por último e não menos importante, atacando o maior programa de acesso e democratização ao Ensino Superior do país, o ENEM. Vejam, não se trata de ignorar a necessidade de aprimoramento e fiscalização de programas e políticas públicas, e sim, de defender sua importância para o desenvolvimento econômico e cultural do país, sua autonomia e a soberania nacional.

O projeto não é de apenas mudar a economia, e sim, “transformar profundamente a sociedade, impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e o modelo de empresa” (2016, p.20-21). Por isso é necessário enfraquecer as instituições e os direitos conquistados ao longo do século XX, especialmente na indústria e no setor de serviços. Não é muito diferente da estratégia neoliberal de sucatear uma empresa pública, levar a sua prestação de serviço à uma situação insustentável para justificar a venda das empresas ao capital privado por preços absolutamente incoerentes, mas extremamente atraentes para o investidor privado, estrangeiro ou não. Muitas companhias estaduais de telecomunicação foram privatizadas em processos semelhantes, e hoje as empresas privadas que assumiram esse serviço lideram todos os rankings de reclamações e processos. O mesmo se deu com companhias de energia. E, felizmente, ainda não conseguiram transferir esse mesmo tipo de processo nas universidades públicas brasileiras. Portanto, no que diz respeito à educação, embora seja inegável que na Educação Básica esse processo já esteja consolidado, no Ensino Superior ele não vingou com a mesma facilidade.

Assim podemos, resumidamente, descrever o *modus operandi* do neoliberalismo, que se escora “num quadro normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (2016, p.21), pois, afinal de contas, ele “emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades” (2016, p.21). Aqui se encontram, mais uma vez, as reflexões dos autores com Foucault, uma espécie de “precursor” dessa interpretação, fartamente explanada em *O nascimento da biopolítica* e *A verdade e as formas jurídicas*.

Ao invés de ser resultado de um processo histórico integralmente programado, ou um reflexo da expansão do capital e sua lógica própria, a sociedade neoliberal é caracterizada

por um “novo conjunto de regras que definem não apenas outro regime de acumulação” (2016, p.24), mas outra forma de vida, suas relações e organização. Por isso, os autores afirmam que o neoliberalismo não é mais uma resposta à crise de acumulação do capital, mas uma resposta à crise de governamentalidade. Foucault: “uma nova maneira de conduzir os indivíduos que pretende satisfazer a aspiração de liberdade em todos os seus domínios, tanto sexual quanto econômico” (2016, p.26);

#### **A crise generalizada de um modo de governar os homens: algumas considerações**

1. A crise mundial (de 2008, mas, concordando com os autores, todas as que vivemos hoje e atribuímos à economia) mostrou-se uma “crise geral da governamentalidade neoliberal, isto é, de um modo de governo das economias e das sociedades baseado na generalização do mercado e da concorrência” (2016, p.27). Ou seja, estamos enfrentando uma racionalidade governamental e administrativa que convive com suas crises procurando ampliar as desigualdades, explorar as necessidades elementares e precarizar a vida como um bem comum. Afinal, a obsessão pela política da austeridade já apresentou seus limites para os países ricos, mas ainda parece ser a solução recomendável para as economias periféricas.
2. Sobre a capacidade de resiliência do sistema neoliberal fora da esfera econômica e financeira, como por exemplo, nos sistemas educacionais, pois estende a “lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade “contábil” pela criação de concorrência sistemática entre indivíduos” (2016, p.30). Aqui, sim, podemos pensar na BNCC, no Novo Ensino Médio, em como se articulam as ideias de liberdade de escolha, oferta, concorrência entre subjetividades, empreendedorismo, projetos de vida, e assim por diante, incorporando à estrutura curricular os elementos que alimentam o sistema neoliberal e sua forma de governar a vida de todas e todos nós.
3. Por último, segundo as palavras de Dardot e Laval: “trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um capital humano que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais” (2016, p.31) É importante, nesse caso, observar criticamente o uso de plataformas digitais e mídias sociais e os papéis que elas exercem nessa lógica de desempenho. Alguns trabalhos já nos

oferecem análises muito pertinentes sobre essa imbricação das tecnologias, processos eleitorais e a constituição contemporânea das manifestações políticas recentes, como Muniz Sodré, em *As estratégias sensíveis: afeto mídia e política*.

4. Ao questionar o que é do antigo liberalismo na sociedade neoliberal, eles apontam que se trata de uma “multiplicidade de processo heterogêneos que resultaram, em razão de fenômenos de coagulação, apoio, reforço recíproco, coesão, integração, nesse efeito global que é a implantação de uma nova racionalidade governamental” (2016, p.34) O neoliberalismo não é herdeiro do liberalismo, e tampouco um extravio ou traição. Não se atenta a questão estabelecidas por Adam Smith, Locke ou Bentham, e sim, sobre como “fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens e mulheres como o do governo de si. Nesse sentido, é, portanto, o “desenvolvimento de uma lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (2016, p.34) e, enquanto tal, opera através de um sem-número de dispositivos, para fazer jus ao repertório de Foucault, aperfeiçoando a governança e a administração desta ontologia neoliberal para quem a perversão parece não ver limites.

**Referências bibliográficas:**

ALMEIDA, Silvio; DUNKER, Christian. “Existe neoliberalismo?”. Programa entrelinhas, acesso em 01 de fevereiro de 2022, no link: <https://youtu.be/RwQDinJI1MM>

CRARY, Jonathan. *24/7 O capitalismo tardio e os fins do sono*. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu, 2016.

DARDOT, Pierre; Laval, Christian. *A nova razão do mundo*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. *A sociedade da transparência*. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. *No enxame*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

\_\_\_\_\_. *Psicopolítica*. Tradutor Marurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

LAVAL, Chirstian. *A escola não é uma empresa*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. RJ: Mauad, 2018